

VÁRIOS-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

Índice

Índice	4
Balço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	8
1.1. Bases de Apresentação	8
1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	14
6. Ativos Intangíveis	15
7. Locações.....	15
8. Financiamentos Obtidos	15
9. Inventários.....	16
10. Rédito	16
11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	17
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	18
14. Imposto sobre o Rendimento	18
15. Instrumentos Financeiros	18
16. Benefícios dos Empregados	18
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
18. Outras Informações.....	18
1.3. Investimentos Financeiros	19
1.4. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	19
1.5. Clientes e Utentes	19
1.6. Outras contas a receber	19
1.7. Diferimentos	19
1.8. Caixa e Depósitos Bancários	20
1.9. Fundos Patrimoniais.....	20
1.10. Fornecedores	20

1.11. Estado e Outros Entes Públicos.....	20
1.12. Outras Contas a Pagar.....	21
1.13. Outros Passivos Financeiros.....	21
1.14. Subsídios, doações e legados à exploração	21
1.15. Fornecimentos e serviços externos.....	21
1.16. Outros rendimentos e ganhos	22
1.17. Outros gastos e perdas	22
1.18. Resultados Financeiros.....	22
1.19. Acontecimentos após data de Balanço.....	23

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top, a signature in the middle, and a signature at the bottom.

Balanço

VÁRIOS-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	400 949,14	401 432,16
Ativos intangíveis	6	209,67	1 476,78
Investimentos financeiros	18-1.3	17 008,26	15 250,79
Subtotal		418 167,07	418 159,73
Ativo corrente			
Inventários	9	880,51	852,95
Clientes	18-1.5	1 506,09	1 587,24
Estado e outros Entes Públicos	18-1.11	2 776,00	1 069,25
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18-1.4	2 500,00	2 500,00
Outras contas a receber	18-1.6	136 516,62	161 788,55
Diferimentos	18-1.7	1 210,77	335,62
Caixa e depósitos bancários	18-1.8	212 131,48	296 968,75
Subtotal		357 521,47	465 102,36
Total do ativo		775 688,54	883 262,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18-1.9	2 500,00	2 500,00
Reservas	18-1.9	216 480,71	216 480,71
Resultados transitados	18-1.9	-266 815,18	-267 605,58
Outras variações nos fundos patrimoniais	18-1.9	43 515,77	46 522,08
Resultado Líquido do período	18-1.9	960,35	2 544,25
Total do fundo do capital		-3 358,35	441,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		407 347,77	556 772,86
Subtotal		407 347,77	556 772,86
Passivo corrente			
Fornecedores	18-1.10	20 487,70	24 484,38
Estado e outros Entes Públicos	19-1.11	37 651,95	22 370,39
Financiamentos obtidos	8	116 544,56	96 924,16
Outras contas a pagar	18-1.12	197 014,91	182 268,84
Subtotal		371 699,12	326 047,77
Total do passivo		779 046,89	882 820,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		775 688,54	883 262,09

Tondela, 15 de Março de 2023

O contabilista certificado



A Direção



Demonstração dos Resultados por Naturezas

VÁRIOS-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

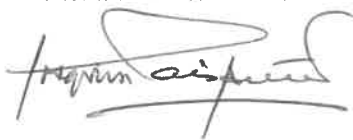
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	193 149,71	174 616,47
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1 152 914,00	1 023 829,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-109 766,88	-66 907,34
Fornecimentos e serviços externos	18-1.15	-280 061,77	-245 042,73
Gastos com o pessoal	16	-925 120,30	-846 330,41
Outros rendimentos e ganhos	18-1.16	33 813,66	19 647,95
Outros gastos e perdas	18-1.17	-18 611,67	-20 963,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		46 316,75	38 849,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-28 530,89	-25 485,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 785,86	13 363,79
Juros e rendimentos similares obtidos	18-1.18	19,09	0,54
Juros e gastos similares suportados	18-1.18	-16 844,60	-10 820,08
Resultados antes de impostos		960,35	2 544,25
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		960,35	2 544,25

Tondela, 15 de Março de 2023

O contabilista certificado



A Direção



VÁRIOS-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	18-1.5	193 230,86	177 935,74
Pagamento a fornecedores	18-1.10	394 695,84	309 374,09
Pagamentos ao pessoal	16	924 810,30	839 540,41
Caixa gerada pelas operações		-1 126 275,28	-970 978,76
Outros recebimentos/pagamentos		922 911,76	1 113 264,73
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-203 363,52	142 285,97
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		26 780,76	7 737,54
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 757,47	1 798,77
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1 090,44	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		32 723,22	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		19,09	0,54
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		5 294,52	-9 535,77
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	8	129 804,69	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	18-1.18	16 572,96	10 497,05
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		113 231,73	-10 497,05
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-84 837,27	122 253,15
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		296 968,75	174 715,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18-1.8	212 131,48	296 968,75

Tondela, 15 de Março de 2023

O contabilista certificado



A Direção



Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Vários-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Cooperativa”, equiparada a IPSS ao abrigo do Despacho nº 13799/99 de 23/06, com sede na Rua Dr. João Cardoso, 13 R/C posterior em Tondela. Tem como atividade a prestação de cuidados de saúde à pessoa com deficiência para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Promover os direitos das pessoas com deficiência.
- Proteger e cuidar.
- Integrar as pessoas com deficiência na sociedade, através de processos de representação e autodeterminação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para

Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

1.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

1.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

1.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

1.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

1.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

1.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

1.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às previstas no Decreto Regulamentar em vigor tendo sido, durante o corrente ano, utilizado o critério das quotas mínimas. Os bens adquiridos em 2022 foram depreciados com o método duodecimal calculado, tendo como base a data de aquisição.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

1.2.2. Bens do património histórico e cultural

N/A

1.2.3. Propriedades de Investimento

N/A

1.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Fixos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

1.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

1.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa e estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

1.2.7. Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

1.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

1.2.9. Provisões

N/A

1.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

1.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

Handwritten signature in blue ink, partially overlapping a circular stamp containing the number 12. Below the stamp is another handwritten mark.

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

N/A

Bens do património histórico, artístico e cultural

N/A

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Edifícios e outras construções	622046,28					622 046,28
Equipamento básico	73163,4	3 246,50				76 409,90
Equipamento de transporte	88176,26					88 176,26
Equipamento administrativo	92006,68	4 491,04				96 497,72
Outros activos fixos tangíveis	417,45					417,45
Total	875 810,07	7 737,54	-	-	-	883 547,61
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	254374,25	16 169,66				270 543,91
Equipamento básico	39538,62	3 289,15				42 827,77
Equipamento de transporte	86371,57	1 312,50				87 684,07
Equipamento administrativo	77195,13	3 447,12				80 642,25
Outros activos fixos tangíveis	417,45					417,45
Total	457 897,02	24 218,43	-	-	-	482 115,45

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Edifícios e outras construções	622046,28					622 046,28
Equipamento básico	76409,90	18 209,50				94 619,40
Equipamento de transporte	88176,26					88 176,26
Equipamento administrativo	96497,72					96 497,72
Outros activos fixos tangíveis	417,45	8 571,26				8 988,71
Total	883 547,61	26 780,76	-	-	-	910 328,37
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	270543,91	16 169,66				286 713,57
Equipamento básico	42827,77	4 576,49				47 404,26
Equipamento de transporte	87684,07	1 312,50				88 996,57
Equipamento administrativo	80642,25	5 205,13				85 847,38
Outros activos fixos tangíveis	417,45					417,45
Total	482 115,45	27 263,78	-	-	-	509 379,23

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

N/A

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Outros activos intangíveis	12 613,65	-	-	-	-	12 613,65
Total	12 613,65	-	-	-	-	12 613,65
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	11 136,87	1 267,11	-	-	-	12 403,98
Total	11 136,87	1 267,11	-	-	-	12 403,98

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Outros activos intangíveis	12 613,65	-	-	-	-	12 613,65
Total	12 613,65	-	-	-	-	12 613,65
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	9 869,76	1 267,11	-	-	-	11 136,87
Total	9 869,76	1 267,11	-	-	-	11 136,87

7. Locações

N/A

8. Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos contraídos pela Entidade, detalham-se como segue:

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	96 544,56	407 347,77	503 892,33	95 439,36	568 661,81	664 101,17
Contas caucionadas	20 000,00	-	20 000,00	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	1 484,80	(11 888,95)	(10 404,15)
Total	116 544,56	407 347,77	523 892,33	96 924,16	556 772,86	653 697,02

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	877,33	89 166,96	(22 284,00)	852,95	131 458,44	(21 664,00)	880,51
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	877,33	89 166,96	(22 284,00)	852,95	131 458,44	(21 664,00)	880,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				66 907,34			109 766,88
Variações nos inventários da produção				-			-

Estes montantes referem-se às compras de bens alimentares adquiridos para consumo na cooperativa com a confeção das refeições para os seus clientes e colaboradores, sendo repartidos nas rubricas de “Gastos com o Pessoal” e de “Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias-Primas Consumidas”.

10. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	193 149,71	174 616,47
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Matrículas/Mensalidades	193 149,71	174 616,47
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	193 149,71	174 616,47

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

N/A

Passivos contingentes

N/A

Activos contingentes

N/A

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

	2022	2021
Subsídios do Governo	951 085,05	870 125,45
CRSS-CAO1	235 530,29	208 040,40
CRSS-CAO2	234 902,17	208 040,40
CRSS-Lar Residencial	355 562,11	308 559,02
CRSS-Residência Autónoma	51 768,55	46 721,81
CRSS-Rendimento Social de Inserção	72 848,57	96 332,65
ISS, IP - Centro	473,36	1 519,17
ADAPTAR +	-	912,00
Apoios do Governo	68 796,14	79 443,66
IEFP-Centro de Recursos	68 796,14	71 270,85
IEFP-Estágios Ativar	-	8 172,81
Total	1 019 881,19	949 569,11

Descrição	2022	2021
Subsídios de outras entidades:	18 585,60	12 600,00
- Associação Baptista Ebenezer	2 200,00	1 650,00
- BPI - Iniciativa Social Descentralizada	-	6 000,00
- ADERETON	1 528,00	1 436,00
- IPDJ	4 500,00	3 514,00
- INR - Instituto p/Reabilitação	10 357,60	-
Donativos	76 276,75	41 244,15
- Em dinheiro	16 046,01	8 028,87
- Em espécie	60 230,74	33 215,28
Heranças	-	-
Autarquias - CMT	38 170,46	20 416,00
Total	133 032,81	74 260,15

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

N/A

14. Imposto sobre o Rendimento

N/A

15. Instrumentos Financeiros

N/A

16. Benefícios dos Empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações Diretores	1 130,29	-
Remunerações ao Pessoal	711 624,22	663 079,33
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	18 526,00	-
Encargos sobre as Remunerações	156 087,65	145 759,10
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 593,02	11 211,25
Gastos de Acção Social	4 154,75	3 996,73
Outros Gastos com o Pessoal	23 004,37	22 284,00
Total	925 120,30	846 330,41

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

1.3. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos noutras empresas	3 308,95	-
NORGARANTE/FENCERCI	3 308,95	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	13 699,31	15 250,79
Fundos - FRSS e FCT	13 699,31	15 250,79
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	17 008,26	15 250,79

1.4. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2 500,00	2 500,00
Total	2 500,00	2 500,00

1.5. Clientes e Utentes

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c	1 506,09	1 587,24
Utentes	1 506,09	1 587,24
Total	1 506,09	1 587,24

1.6. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 654,01	-
Adiantamentos a fornecedores , c/c	-	10,00
Outros Devedores	134 862,61	161 778,55
Total	136 516,62	161 788,55

1.7. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	292,51	335,62
Aluguer equipamentos	918,26	-
Total	1 210,77	335,62

1.8. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	974,57	160,99
Depósitos à ordem	111 156,91	127 807,76
Depósitos a prazo	100 000,00	169 000,00
Outros	-	-
Total	212 131,48	296 968,75

1.9. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	2 500,00	-	-	2 500,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	216 480,71	-	-	216 480,71
Resultados transitados	(267 605,58)	790,40		(266 815,18)
Outras variações nos fundos patrimoniais	46 522,08	-	(3 006,31)	43 515,77
Resultados líquido do período	2 544,25		1 583,90	960,35
Total	441,46	790,40	(1 422,41)	(3 358,35)

1.10. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	20 487,70	24 484,38
Total	20 487,70	24 484,38

1.11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 401,06	1 069,25
Outros Impostos e Taxas	374,94	-
Total	2 776,00	1 069,25
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 911,69	911,48
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7 978,63	6 497,32
Segurança Social	27 761,63	14 961,59
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	37 651,95	22 370,39

Boleto
[Handwritten signature]

21

[Handwritten signature]

1.12. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	1 250,38	-	135,00
Remunerações a pagar	-	1 250,38	-	135,00
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	66 222,96	-	62 580,31
Outros credores	-	129 541,57	-	119 553,53
	-	-	-	-
Total		197 014,91	-	182 268,84

1.13. Outros Passivos Financeiros

N/A

1.14. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações.

Descrição	2022	2021
Subsídios de outras entidades:	18 585,60	12 600,00
- Associação Baptista Ebenezer	2 200,00	1 650,00
- BPI - Iniciativa Social Descentralizada	-	6 000,00
- ADERETON	1 528,00	1 436,00
- IPDJ	4 500,00	3 514,00
- INR - Instituto p/Reabilitação	10 357,60	-
Donativos	76 276,75	41 244,15
- Em dinheiro	16 046,01	8 028,87
- Em espécie	60 230,74	33 215,28
Heranças	-	-
Autarquias - CMT	38 170,46	20 416,00
Total	133 032,81	74 260,15

1.15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	50 515,72	41 428,34
Materiais	18 357,64	11 749,18
Energia e fluidos	63 261,36	49 069,38
Deslocações, estadas e transportes	856,63	107,84
Serviços diversos (*)	147 070,42	142 687,99
- Rendas e Alugueres	80 587,50	82 922,45
- Comunicação	15 353,64	15 396,81
- Limpeza, higiene e conforto	16 118,86	25 392,98
Total	280 061,77	245 042,73

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circular stamp with the number 22.

1.16. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 090,44	
Outros rendimentos e ganhos:	32 723,22	19 647,95
- Correção exercícios anteriores	308,69	863,05
- Colónia de férias	1 400,00	-
- BTT - Torneio	1 448,00	-
- Imputação Subsídios Investimento	3 006,31	5 278,32
- Pirlampo Mágico	2 670,00	2 131,60
- ASU (Atividade Socialmente Útil)	3 020,00	2 880,00
- FICTON	3 070,13	-
- Consignação IRS	4 822,69	3 248,14
- Corrida/Atividades solidárias	9 424,60	1 011,50
- Fornecimento Refeições	-	1 360,00
- Outros	3 552,80	2 875,34
Total	33 813,66	19 647,95

1.17. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	505,72	362,00
Dividas incobráveis	-	-
Outros Gastos e Perdas:	18 105,95	20 601,87
- Correções relativas a períodos anteriores	257,15	4 306,64
- Quotizações	2 145,75	1 588,73
- Subs. Aliment./transp./outros-Centro Recursos/ASU	15 703,05	14 706,50
Total	18 611,67	20 963,87

1.18. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	14 326,60	7 161,76
Outros gastos e perdas de financiamento	2 518,00	3 658,32
Total	16 844,60	10 820,08
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	19,09	0,54
Outros rendimentos similares	-	-
Total	19,09	0,54
Resultados financeiros	(16 825,51)	(10 819,54)

1.19. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Contudo, a Direção entende que a situação inflacionista em vigor no nosso país, e no resto do mundo, como consequência dos efeitos sentidos pelo COVID—19 e a guerra da Ucrânia pode vir a ter impacto no desempenho económico e financeiro da VARIOS, CRL no curto prazo. Assim, considera que a expectativa de manutenção do nível de rendimento em 2023, poderá vir a ser afetado.

Tondela, 15 de Março 2023

O Contabilista Certificado



A Direção

